



“Kashinawa”, que quer dizer “povo do morcego”, é uma nomenclatura que os brancos atribuíram àquele povo que, na verdade, se autodenomina “Huni Kuin”, ou “gente verdadeira”.

Em defesa da cultura indígena



José de Lima Kaxinawa, ou “Zezinho Yube”, como é conhecido, é Assessor Especial de Assuntos Indígenas junto ao governo do estado. É filho de Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá, ou “Joaquim Maná”, que, após anos de trabalho em defesa de sua cultura, acaba de concluir mestrado em linguística e já está inscrito em um doutorado na UnB. Assim, Zezinho é um expoente notável de um povo que, motivado pela asfixia cultural e espacial a que se via submetido, nas últimas décadas se organizou e reagiu, reivindicando – e obtendo –, entre outros direitos, terras e escolas bilíngues nas aldeias. Atualmente, os Kaxinawá desenvolvem projetos de manejo como forma de sustentar as riquezas de seu território. Os agentes agro-florestais indígenas, grupo que o assessor já integrou, coordenam desde o ano 2002 o repovoamento de traca-jás nos rios e igarapés da reserva.

Zezinho assumiu a primeira responsabilidade junto ao seu povo muito cedo, aos 16 anos, como professor da aldeia. Hoje, aos 28, defende os interesses das 14 etnias indígenas existentes no Acre. Esta semana ele concedeu entrevista ao Página 20. Confira na última página deste caderno.

O que são “kenes”?

São os desenhos ou grafismos indígenas, cuja padronagem varia de acordo com a etnia. São utilizados em dois suportes principais: os objetos, principalmente a tecelagem, e a pele.

Vídeo nas Aldeias



Criado em 1987, é um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. Seu objetivo foi, desde o início, apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os povos indígenas com os quais o Vídeo nas Aldeias trabalha.

Para conhecer mais esse trabalho e adquirir os DVDs, acesse o site: videonasaldeias.org.br

Marcelo Jardim

Papo de Índio

Número 2/2011

O Papo de hoje é com o professor Joaquim Paulo de Lima Maná Kaxinawá. É o segundo dentro da programação do Abril no Acre Indígena, organizado pela Comissão Pró Índio do Acre (CPI/AC) em parceria com a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas.

Joaquim Maná, como é mais conhecido, começou a lecionar em 1983, após participar do primeiro curso de formação para professores indígenas realizado pela CPI/AC. Em 2000, concluiu o Magistério Indígena, mesmo ano em que participou da criação da OPIAC, onde foi coordenador por dois mandatos e representante dela na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

Em 2006, concluiu o Curso de Ciências Sociais através do então Projeto de Formação de Professores Indígenas - 3º Grau, da Universidade do Estado de Mato Grosso. E em 2009 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, vindo a defender sua tese de mestrado no último dia 24.

Joaquim Maná é antes de tudo um pioneiro. E alguém extremamente preocupado em não apenas gerar conhecimentos, mas também em socializá-los. É isso que você encontrará nas linhas abaixo. Eu sou Marcelo Jardim, trabalho como assessor no Programa de Educação da CPI/AC e tive o prazer de entrevistá-lo no dia 06. Acompanhe.

Entrevista com Joaquim Maná

Conte um pouco das suas origens?

- Eu nasci no Seringal Alagoas, que hoje é uma reserva extrativista no rio Tarauacá, no município de Jordão. Durante toda a minha infância fiquei nesse seringal vendo meu pai trabalhar como peão, diarista, cortando seringa ou batendo campo. Em 1978 fomos para o Jordão, para uma terra identificada para os Huni Kui. O txai Terri (antropólogo da Funai, amigo dos índios) conseguiu isso. Eu morei lá por 13 anos, e em 1992 saí de lá para uma outra terra, hoje chamada TI Praia do Carapanã.

Durante a reorganização de nosso povo, todos começaram a reivindicar que os próprios parentes tinham que cuidar das cooperativas (já tinham pensado em ter uma cooperativa) e como não tinha ninguém que soubesse ler, escrever e fazer a contabilidade das compras e vendas, me indicaram para o curso de formação que aconteceu em 1983, na CPI, e a partir daí comecei a frequentar o conhecimento da escrita.

Maná, conta um pouquinho como era a educação naquela época em que você começou a ser professor.

- Em 1983 o Estado nem sabia o que era índio. Sabia por ter lido em alguns livros. Mas a

situação dos povos ficava por conta dos patrões seringalistas. Eu não tive oportunidade de estudar cedo porque nos seringais não tinha escola. Em 1979, a pedido das lideranças, uma equipe da Funai composta pela Concita Maia e a Keila Diniz foi para o Jordão e aí nós iniciamos o conhecimento da escrita e da leitura. Nessa época eu já trabalhava como seringueiro numa colocação. Fiquei duas semanas tendo aula com elas e depois fui trabalhar. Quando voltei do trabalho elas já estavam de saída. Eu acredito que a partir daí as lideranças começaram a pensar: Ah, se vier alguém de fora vai sempre acontecer isso; chegam, passam alguns dias, alguns meses e depois vão embora e a gente fica sem ninguém. Acho que a partir dessa ideia é que começaram a pensar num curso que seria específico para os povos indígenas, para eles mesmos aprenderem e voltarem pra ensinar. Isso acabou acontecendo em 1983.

Então você começa a lecionar a partir do 1º Curso de Formação de Professores Indígenas oferecido pela CPI, em 1983?

- Isso. Praticamente foi uma novidade, porque quando eu saí de lá a intenção não era ser professor. Tinha muito a ideia de que eu tinha que dominar o co-

hecimento da escrita e principalmente da matemática. Como a gente lidava muito com vendas e compras, a gente quando comprava não sabia o quanto ficava devendo, quanto é que valia o nosso produto... A partir daí eu decidi que queria aprender. Mas quando eu voltei do curso da CPI, já foi com o papel de ensinar para outras pessoas

Professor indígena recebia salário naquela época?

- Não. Nós ficamos quatro anos praticamente só treinando. A partir daí é que começamos a receber um pró-labore. Naquela época era pró-labore.

Qual foi o seu tema de pesquisa no magistério?

- No magistério eu trabalhei com história. Tentamos organizar vários textos e alguns livros, que seriam o Xina Babu Niiú e o Huni Kui Nuiú. São dois livros que nos esforçamos em organizar justamente por conta da ideia de que a gente precisava ter um material próprio para trabalhar. O material que a gente recebia era só em língua portuguesa, e a gente refletia muito sobre trabalhar o nosso próprio conhecimento. Além disso, aprender a leitura e a escrita da língua do nosso povo.

Quando é que o estado brasileiro começa a mudar



JOAQUIM Maná entre amigos em Brasília, após o

essa forma de relação ou não relação com a escola indígena? Quando ele começa a acordar para a especificidade desse público?

- Eu tenho analisado essa trajetória da política de educação escolar que começou pelas ONGs. Aqui, por exemplo, começou pela CPI e outros estados também começaram por influência das ONGs. As ONGs foram mostrando que havia uma necessidade de o Estado assumir esse papel. A partir de 1973 houve uma lei específica que é o Estatuto do Índio. Em 1988 também houve umas mudanças refletindo como seria a educação dos povos indígenas. Em 1991 o MEC assumiu a responsabilidade da educação. Porque, antes de 1991, quem lidava com a questão da educação e da saúde era a Funai. Mas em alguns estados e municípios eram as ONGs. Quando não eram as ONGs eram as missões religiosas.

Em 1992 teve o último concurso público específico para professores indígenas, você participou dele?

- Não, esse concurso eu não fiz porque fui contratado antes. Em 1988, aqui no Acre a gente já recebia o pró-labore, como todo professor da zona rural, e alguns assinaram contrato. Em 1992 foi feito concurso público específico para professores indígenas, organizado pela CPI. Muitos fizeram e foram contratados. Foi a única vez que o estado do Acre fez isso.

Como surgiu a OPIAC (Organização dos Profes-

res Indígenas do Acre)? Qual foi o motivo para isso?

- A criação da OPIAC, em 2000, foi justamente para acompanhar a política de educação que existe em cada povo, e a política de educação que está vindo de fora. No entanto, nem todos os povos eram contemplados. A partir daí a gente pensou em criar essa organização justamente para ir negociando. Por exemplo, a própria formação de professores, o material didático, a construção de escola, ouvir de cada povo o que seria essa educação para eles, educação escolar e educação tradicional. Com essa ideia foi que criamos a OPIAC e pudemos fazer algumas oficinas, justamente pensando que tipo de educação serviria para cada povo.

E não só falando da educação, mas falando de como cuidar da terra, de como lidar com uma terra que foi cercada, que não vai aumentar, o que vai aumentar é a população. Aí que nasceu o termo “gestão territorial”. Mas falando também dos conhecimentos culturais, das línguas, das artes, da alimentação e que isso caberia dentro da educação de cada povo. E hoje a gente continua fazendo essa política, justamente para que as secretarias públicas possam fazer o desejo de cada comunidade, entendendo essa diferença entre a educação escolar e a educação tradicional.

Você foi o primeiro coordenador da OPIAC?

- Não, foi o Isaac Ashaninka. Por dois mandatos. Depois fui que eu assumi. Eu fiquei um mandato e durante o segundo eu tive que sair para estudar.



Defesa da tese de mestrado em Linguística na UnB

Como foi que você entrou na universidade?

Como eu falei anteriormente, o meu curso superior foi pensado por uma ONG que fomentou essa política até chegar o momento da formação dos professores indígenas em nível superior. Naquele momento a legislação previa que professor tinha que ter concluído o ensino superior. E lá eles pegaram isso como base e acabaram criando 200 vagas. 180 eram só para índios daquele estado e 20 eram para de outros estados. Isso na Universidade Estadual de Mato Grosso.

Foi uma experiência interessante. Quem quisesse apresentar sua monografia bilíngüe, podia apresentar; quem quisesse apresentar monolíngüe na sua língua ou na língua portuguesa, podia também. Então como eu já tinha algumas pesquisas feitas eu preferi trabalhar só com o Hãtxa Kuin, que é a língua do meu povo. Eu trabalhei o conceito da cultura, não toda a cultura; mas a cultura dos kenes. Eu peguei isso como uma pesquisa e fiz um levantamento de todos os kenes que meu povo faz, todas as histórias de como surgiu, como é que as mulheres aprenderam, e foi isso que apresentei como monografia.

Você participou do vídeo “As voltas do Kene”?

- Então, “As voltas do Kene” foi feito justamente por conta desse material que nós coletamos e que eu apresentei na minha monografia. Nós entendemos que só quem tinha condição de ler essa monografia eram os letrados. Já os velhos e

as mulheres que são donas dessa arte dos Kene não iam saber o que estava escrito ali. Aí surgiu a ideia da gente fazer algumas imagens falando disso, dos nomes, de como é o ensinamento, de como é o aprendizado, então a gente fez esse documentário.

Como você tomou conhecimento dessa oportunidade de fazer o mestrado?

- Foi em uma das vindas da [Professora] Ana Suely para dar aula num curso da CPI. Ela falou que tinha aberto um espaço, uma oportunidade através do programa de cotas da UnB e que já havia dois indígenas fazendo mestrado. Então eu conversei com ela para que quando tivesse uma oportunidade me comunicasse, e assim ela fez. Eu me inscrevi, fui lá fazer as provas e fui selecionado.

Quando foi isso?

- Final de 2008. O mestrado foi em linguística. Nesses dois anos pude analisar minha própria língua. A estrutura da língua Hãtxa Kuin, que antes mesmo da gente analisar, ter esse conhecimento, já definimos sua ortografia. E hoje nós temos algumas diferenças de escrita entre a adotada aqui e a no Peru. Eu pude fazer essa análise entendendo que a gente precisa ir conversando um pouco com as pessoas que estão aprendendo a escrever agora, que são os professores, os agentes de saúde e os agentes agroflorestais para chegar num consenso de uma única escrita. Isso falando aqui do Brasil. No Peru não sei se a gente vai ter condições de fazer isso. Eu entendo que lá é uma

outra política. É um país com outra língua. Mesmo os huni kuin sendo falantes da mesma língua, lá eles estão adaptando a escrita do castelhano.

Parece que a gente é dividido, mas só na escrita. Na língua, nas músicas, as histórias e a comunicação são as mesmas, a oralidade é a mesma. Quando nós fizemos um encontro para a definição da escrita, nós tivemos ainda algumas interrogações e acabamos entrando em acordo que nós poderíamos fazer um outro encontro maior, mas com um prazo que nos permitisse ir entendendo melhor e assim ir definindo. Fizemos esse encontro em 2006, em Plácido de Castro, durante um curso de formação da SEE onde estavam todos os professores Huni Kuin. E aí a gente marcou uma data. Eu propus pra eles, vamos trabalhar dez anos pesquisando, escrevendo, lendo, anotando alguns problemas que a gente acha que tem que mudar e quando for em 2016, a gente volta a se encontrar e nessa data a gente pode falar o que a gente mantém e o que pode tirar. Hoje eu já posso falar disso com mais clareza, porque eu fiz mestrado justamente analisando e escrevendo o próprio Hãtxa Kuin.

Qual é o título da tua tese?

“Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura Huni Kuin: de Capistrano de Abreu aos dias atuais”. É sobre um trabalho feito pelo Capistrano de Abreu, em 1914, com dois jovens que foram levados, não sei como, até o Rio de Janeiro e lá ele manteve esses jovens como informantes. Nisso pegou todas as histórias que os jovens sabiam contar e fez uma bela obra. Algumas dessas histórias não se contam mais. É claro que ele escreveu foneticamente e como eu estava fazendo linguística pude entender os símbolos que ele usou para representar os sons e pude adaptar à escrita de hoje. Agora essas histórias todo mundo vai poder ler.

Foi ele quem fez um dicionário?

Não, ele registrou o vocabulário de algumas plantas, animais, alimentos. Fez também um esboço de gramática, com pronomes demonstrativos, pessoais, mas não chegou a concluir. É um trabalho, eu acredito, de referência. E ele teve uma concepção bastante interessante porque não traduziu para ele entender, ele traduziu para que outras pessoas pudessem entender o que ele trabalhou. Então não traduziu como ele entendeu, mas traduziu literalmente, foi isso mesmo que ele fez. É um trabalho legal, tem muitas histórias e vai ser muito aproveitado para o nosso povo porque algumas delas já não se conta mais hoje. Só os mais velhos contavam! Hoje a maioria já faleceu,

então vamos imaginar que agora os velhos são esse livro que vai ser publicado. Foi feito em 1914, há praticamente cem anos.

Conte um pouco da sua experiência em Brasília.

- Eu sempre tive a vantagem de me adaptar muito fácil. Por mais que em Brasília a realidade de ambiente, de clima e de custo de vida pareça desfavorável, eu posso superar isso porque a minha intenção é aprender. Eu pude ver que a UNB tem muita estrutura. Tem as bibliotecas bem conceituadas, tem bastante material, do que você precisar, ali você encontra. Os professores também tiveram a noção de que eu estava lá como índio, como membro de um povo que domina uma língua e que estava ali para aprender outra. Foi uma experiência de vida. Então você tem de fazer esse esforço de que é um problema, mas esse problema um dia vai acabar. Entendo que conhecer é como se você tivesse cavando um buraco de tatu. Pois o tatu, a cada vez que vai entrando ele vai afundando mais e dependendo do seu trabalho é que você chega lá. Se você não tem coragem de estar cavando barro em quantidade de cinco, seis metros de profundidade, você acaba desistindo. E o ensino superior que eu tenho acompanhado, eu tenho comparado a essa lógica da moradia do tatu. A cada vez que se aprofunda mais você quer pegar o tatu.

E concurso público para professor, como você vê isso?

- A gente poderia dar esse nome, mas com outro formato. Seria um concurso público para aquele público que a gente tá falando. Por exemplo, um concurso público Huni Kuin, um concurso público Manchineri, um concurso público Ashaninka. Agora, se a gente pensar em concurso público pra quem souber ler e escrever possa ser aprovado, isso talvez não sirva pra nós. É o que já acontece em vários estados em que muitos dos professores acabam não passando e quem entra é alguém que nem é da comunidade, que nem é do povo. Entretanto, se for criado um concurso por categoria, sei lá, por povo, contemplaria. A gente precisa construir alguns perfis para aproveitar a experiência de professores que estão a 10, 15 anos em sala de aula. Se a gente abre um concurso público de tal forma que quem fizer mais pontos possa passar, a gente pode perder esses professores que há muitos anos vem trabalhando. Acredito que cada estado, cada município que for pensar em concurso público, tem que ser orientado a partir da realidade de cada povo. E a gente sabe, tanto a OPIAC, a CPI e a Secretaria, a gente conhece os nossos professores, onde eles estão, quem está trabalhando, quem não está. Então eu acho que não custaria nada

fazer essa identificação e fazer o edital e chama-los pra fazer o exame. Um dos problemas que a gente tem enfrentado quando fala da especificidade é questão da língua. Entendendo que aqui no Acre tem 15 povos, e 6 ainda são considerados falantes, com estes se poderia pensar em provas na língua de cada um. Com os 9 que não são falantes, o concurso poderia ser feito em língua portuguesa, mas a partir da realidade local deles.

Na sua turma eram dois indígenas?

- Em 2009 só teve eu. Tinha duas vagas para indígenas, mas só entrou eu. Na seleção do ano passado teve cinco vagas, mas só teve um candidato. É a tendência é a cada ano abrir mais vagas. É um programa interessante que todas as universidades poderiam adotar.

Se você tivesse um desejo para fazer em relação a EEL, qual seria?

- Eu desejo que todas as instituições que trabalham com os povos indígenas na área de educação reflitam essa questão da especificidade. Porque se fizer isso vai mudar muito, txai. Nesses últimos anos eu tenho percebido que a gente fala, fala, mas temos muito pouco tempo para realizar, ou para praticar essa palavra “nossa especificidade”. Que é a língua oral, que é as artes, que é a dança. Os professores que estão vindo com a ideia de se formar, que saiam daqui com ela formatada na mente, e que voltem para a comunidade e apliquem isso. E num segundo momento pensar na construção do material didático, e num terceiro na questão da alimentação. Então, seriam esses os três desejos que eu queria ver realizado.

A gente percebe que dos 15 povos indígenas do Acre, só seis são falantes. Os outros nove estão numa situação delicada. Se a gente construir isso a gente pode fortalecer os seis e tentar reconstruir os nove. Quer dizer, alguns deles nem sabemos se querem isso, porque já não falam mais. Agora algum deles que ainda conhecem algumas plantas, nome de plantas, de animais, de alguns objetos, a gente pode reconstruir fazendo isso. Bem interessante isso.

Você continua os estudos?

- Sim. Isso foi uma facilidade que tive na Universidade de Brasília. Lá, mesmo antes de você defender sua tese, saindo o edital você já pode se inscrever e fazer as provas, desde que a orientadora fale quando você vai apresentar sua defesa. Então eu acabei me inscrevendo, fiz as provas, fui selecionado, e agora estou voltando para dar continuidade aos estudos para doutorado. A partir do dia 20 vou começar as aulas do doutorado.

ESPECIAL

Zezinho Yube: “A gente tem que trabalhar naquilo que for útil para a comunidade”

◆ POR ONIDES
BONACCORSI QUEIROZ
onides.queiroz@yahoo.com.br

Página 20 - Quais são as responsabilidades dessa Assessoria?

Zezinho - É instância do governo que acompanha as políticas públicas para os povos indígenas junto a 13 secretarias que têm atuação junto às comunidades: meio ambiente, educação, produção, Deracre, Instituto Dom Moacyr e outras. A responsabilidade da Assessoria é acompanhar e orientar a ação dessas secretarias no que diz respeito às comunidades. Também faz a interlocução das comunidades junto ao governo.

P20 - Como isso funciona?

Zezinho - Temos 36 terras indígenas, mais de 40 associações e algumas organizações regionais. Foi criado um grupo de trabalho permanente para que as secretarias possam falar sobre o que estão realizando junto às comunidades. Uma das propostas da Assessoria e que partiu também da comunidade foi a criação de um conselho consultivo e paritário de políticas públicas, do qual irão participar movimentos sociais, organizações indígenas e indigenistas, o governo e a prefeitura. Quanto às demandas das comunidades, dias 14 e 15 organizamos uma reunião com mais de 70 lideranças do Vale do Juruá para falar da perspectiva do governo e ouvir das lideranças reivindicações, sobre que tipo de tratamento as comunidades querem estabelecer com o governo. Foi o primeiro contato.

P20 - Que reivindicação é comum entre todos os povos indígenas do Acre?

Zezinho - É a melhoria de vida nas comunidades. Educação, saúde, produção. O governo tem atuado frequentemente nas comunidades que estão nas áreas de impacto direto da BR-364 e BR-317, por meio de planos de mitigação. Haverá um novo plano referente à área que liga Sena Madureira a Cruzeiro do Sul. Em outras terras, o governo vem atuando junto às comunidades em relação à educação, à produção, à formação dos agentes agroflorestais indígenas. A nossa meta, como governo, é melhorar a qua-

lidade de vida dessas comunidades, para que elas tenham autonomia, sustentabilidade, que possam trabalhar em suas próprias terras, que caminhem com suas próprias pernas e tenham sua cultura respeitada. Hoje há 14 povos indígenas no Acre. São modos diferentes de vestir, diferentes línguas, culturas, festas, características, formas de viver.

P20 - Sinal de que existe muita riqueza cultural.

Zezinho - Exatamente. E isso precisa ser respeitado. A gente tem que trabalhar sem imposição, naquilo que for útil para a comunidade.

P20 - Quanto à saúde, os povos indígenas ainda se utilizam dos seus sistemas tradicionais de cura?

Zezinho - Antes, quando a gente não tinha contato com a civilização, não precisava de remédios farmacêuticos. Porque só existia doença que a gente conhecia. Depois do contato, apareceram novas doenças que a nossa medicina não cura, que só a medicina industrializada cura. Têm aparecido cada vez mais doenças novas: malária, hepatite, gripe e uma série de outras. Então, hoje a gente precisa das duas: da nossa medicina tradicional, que é feita em folhas e plantas medicinais e também e de agentes de saúde e remédios industrializados.

P20 - A população indígena tem crescido ou decrescido no Acre?

Zezinho - Tem aumentado bastante. Há 30 ou 40 anos a gente não tinha direito à liberdade. Não tinha terra demarcada, não tinha direito à educação e à saúde. Hoje, a maioria das terras está demarcada e os povos se sentem com liberdade de viver nela. Em comparação com outros estados, o Acre é um exemplo de diálogo e participação na política pública. Houve um ganho superimportante no direito indígena.

P20 - Como foi a sua trajetória desde a aldeia até chegar a uma assessoria de estado?

Zezinho - Meu pai (Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá ou Joaquim Maná, veja entrevista nas páginas centrais desta edição) é professor desde 1973. É um pro-



ZEZINHO Yube é Assessor de Assuntos Indígenas do governo do Acre

fessor indígena, um dos responsáveis por passar a nossa língua oral para a escrita, elaborou vários livros e foi formado pela Comissão Pró-Índio, que é uma ONG que vem ajudando a gente desde 1970 na demarcação da terra, depois na formação dos professores, na formação de agentes agroflorestais, na criação da cooperativa. Eu fui alfabetizado por ele. Quando ele pediu afastamento para fazer faculdade, fiquei no lugar dele, como professor na aldeia.

P20 - Quantos anos você tinha?

Zezinho - Dezesesseis anos.

P20 - E depois?

Zezinho - Em 2000, fui convidado para fazer parte da categoria de agente agroflorestal indígena (AAFI), que trabalha, dentro das comunidades, na gestão territorial e ambiental, conscientizando a comunidade sobre o uso dos recursos naturais. Hoje a gente não pode ficar mudando de lugar porque a nossa terra é limitada. Então tem que saber usar para não faltar para os mais jovens. Houve a implantação de sistemas agroflorestais, plantio de frutíferas, trazendo qualidade de vida, segurança alimentar para as comunidades, vigilância e fiscalização da terra para que não haja invasão das pessoas do entorno no limite da nossa terra. Em 2002, foi criada a associação dessa categoria. Eu fiz parte, trabalhei dois mandatos, foram quatro anos nessa associação que é chamada AMAIAC (Associação dos Movimentos Indígenas do Acre). Fiz várias viagens participando de encontros, eventos, reuniões, representando o movimento (na faixa de 120 agentes agroflorestais do Acre), reivindicando os direitos, lutando pelo reconhecimento dos agentes.

Página 20 - E como você se tornou cineasta?

Zezinho - Em 2003 fiz o primeiro curso, de manejo da câmera. Em 2005 comecei a ser cineasta indígena pelo “Vídeo nas Aldeias”, que é uma ONG sediada em Olinda (PE), e desde 98 vem formando índios, incentivando-os a fazerem seus próprios filmes. Em 2005 fiz o primeiro documentário, no Jordão. Depois, até 2010, fiz seis documentários, de diferentes temas como a revitalização cultural, a vida cotidiana da comunidade. Ganhei vários prêmios, fui a vários países participando de festivais, também participei de festivais aqui no Brasil, ganhando vários prêmios. O penúltimo foi sobre os “kene”, os desenhos geométricos do nosso povo. O objetivo era fazer o registro deles como patrimônio imaterial, mas o trabalho pegou outro foco. É um momento de mudança, os jovens não querem mais aprender a cultura, os velhos também estão perdendo o interesse de ensinar, porque vêem que os jovens não estão mais interessados.

P20 - Os desenhos estão relacionados basicamente com o quê?

Zezinho - Com os animais e com as plantas: olho de papagaio, rastro de onça, unha de gato. Pode-se usar para a proteção. E também tem as pinturas corporais. Na mulher, a primeira pintura corporal tem que ser a pintura do algodão, porque quando ela crescer, ela será uma grande tecelã. No homem, tem que ser a pintura do milho, para que o homem cresça e seja um bom agricultor, um bom fazedor de roçado, um bom trabalhador.

P20 - Por que você buscou o cinema?

Zezinho - Eu achei que o meu povo estava perdendo a sua identidade, que é ter a nossa cultura, a nossa forma de viver, a nossa forma de vestir, nosso jeito de lidar com a questão espiritual, com as festas, com as plantas... Hoje, o mundo envolvente é muito maior do que o nosso povo, ele vai pressionando e a gente tem que ser muito mais forte. Então comecei, através do audiovisual, a trabalhar na revitalização cultural do meu povo, falar para o meu povo da importância da gente preservar os nossos desenhos, continuar passando o conhecimento dos mais velhos para os mais jovens.

P20 - Mas a sua produção é destinada ao público índio ou branco?

Zezinho - A partir do momento em que eu faço um documentário, o tempo se passa. Então, começa a surgir um efeito interno, porque a comunidade se vê na tela. Quando eu filmo uma festa, um ritual, a comunidade avalia como atuou naquela festa, se fizeram como a festa era antes, se fizeram diferente, se houve algum erro na condução do ritual, a chance de corrigir. Outra questão é o registro. O tempo passa e o registro fica. Além disso, o mesmo povo, de outras terras, pode ver. Gera intercâmbio cultural, sem precisar ir àquela terra, outros têm acesso à vivência daquela terra. Mais externamente, outros povos de outras terras, de outros lugares do Brasil podem apreciar. Por exemplo, o Xingu. O meu povo não teve a oportunidade de chegar até lá. Mas através do audiovisual conhece. Quando há o encontro nacional de realizadores indígenas, a gente troca material. Aí eles acabam conhecendo a cultura de outros povos e se incentivando a preservar a sua cultura. E ainda tem o mundo dos brancos. Os brancos podem conhecer melhor a realidade daquele povo e respeitá-lo. Os índios são generalizados, mas cada povo tem a sua especificidade, uma cultura diferente. E, além de tudo, pra mim é arte, a partir do momento em que você usa o seu próprio olhar para contar. É diferente de um livro. Com o livro, você tem que se esforçar para ler e entender. O vídeo, não. Você olha e ouve. E os velhos se dão muito bem com isso. E assim eu fui fazendo a minha história e trabalhando na revitalização cultural do meu povo.

P20 - Qual a sua perspectiva agora que faz parte do governo?

Zezinho - Como assessor do governo, é a primeira vez que estou atuando como gestor público. É uma responsabilidade muito grande. Estou fazendo o possível para buscar o melhor para o meu povo. Estou de corpo e alma para dar o máximo de mim.